

TÁ LÁ NO GRÁFICO

EDIÇÃO 58



AGENDA DE NEGOCIAÇÃO

COMO PAÍSES CONSTROEM CONSENSO PARA
ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA



política por inteiro

TÁ LÁ NO GRÁFICO
AGENDA DE NEGOCIAÇÃO

As COPs são, por natureza, um processo negocial. É o constante exercício da diplomacia e do Direito Internacional, na busca por soluções que livrem a Humanidade da crise no clima. Da definição de pautas até a tomada de decisões, sempre por consenso, o desafio é garantir que demandas urgentes e representativas da realidade dos países sejam exaustivamente debatidas, e consensos surjam para lidar com os problemas. Esses problemas frequentemente afligem não um país, mas um grupo de países



Fonte: Observatório do Acordo de Paris – LACLIMA

OOOOOOOOOO



TÁ LÁ NO GRÁFICO
AGENDA DE NEGOCIAÇÃO

Diferentes órgãos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) se reúnem na COP. E cada um tem seus processos e suas agendas. As decisões que acabamos seguindo mais de perto são as que ocorrem sob o Acordo de Paris, que recebem, nos documentos oficiais, a sigla CMA

UNFCCC

*Conferência
das Partes*

COP30

REALIZADA
ANUALMENTE

Protocolo de Kyoto

*Conferência
das Partes*

CMP20

REALIZADA
ANUALMENTE

Acordo de Paris

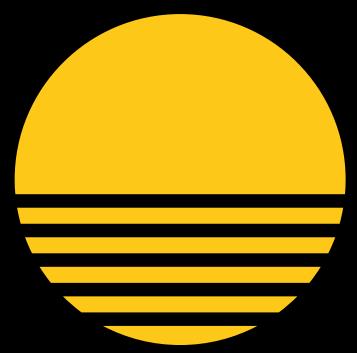
*Conferência
das Partes*

CMA7

REALIZADA
ANUALMENTE

Órgãos
Subsidiários
SÃO PERMANENTES

SBI e SBSTA
REÚNEM-SE DUAS
VEZES POR ANO



Cada COP tem como objetivo debater e buscar decisões sobre determinados assuntos do Acordo de Paris e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Em grande parte dos temas, há uma continuidade nas discussões de COPs passadas e das Sessões Subsidiárias (SBs) de Bonn. Cabe à Presidência de cada COP (normalmente indicada pelo governo do país anfitrião) pautar esses temas, conclamando as Partes a participarem ativamente do processo negocial. Para que a agenda mandatada comece oficialmente, é necessário que todos os países presentes entrem de acordo sobre ela. É aí que começam as disputas políticas. Na SB62, em junho, em Bonn, a agenda de negociações demorou dois dias para ser aprovada

Lista não exaustiva da agenda provisória da CMA 7 e da COP30, com temas também presentes na CMP 20, SBSTA 63 e SBI 63

- 1 Elementos procedimentais do processo do Balanço Global**
- 2 Programa de Trabalho sobre Transição Justa dos Emirados Árabes**
- 3 Programa de Mitigação, Ambição e Implementação (Sharm el-Sheikh)**
- 4 Objetivo Global de Adaptação (GGA)**
- 5 Revisão do progresso e desempenho do Comitê de Adaptação**
- 6 Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos**
- 7 Comitê Permanente de Finanças**
- 8 Fundo para Resposta a Perdas e Danos**
- 9 Fundo de Adaptação**
- 10 Diálogo sobre o escopo do Artigo 2.1(c) e sua relação com o Artigo 9**
- 11 Planos Nacionais de Adaptação**
- 12 Financiamento climático de longo prazo**
- 13 Desenvolvimento e transferência de tecnologia**
- 14 Conexões entre Mecanismo de Tecnologia e Mecanismo Financeiro**
- 15 Questões relativas aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs)**
- 16 Gênero e mudanças climáticas**



A COP30 será decisiva para avançar em adaptação, mitigação, transição justa e financiamento climático. Países buscarão acordos sobre indicadores do GGA, implementação do balanço global, apoio a Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, em inglês) e alinhamento dos fluxos financeiros

ADAPTAÇÃO

Objetivo Global de Adaptação (GGA)

Finalização do Marco Global para Resiliência Climática EAU - Belém, com a aprovação da lista de indicadores que operacionalizará o GGA. Para além dos indicadores, nesse item de agenda também se discutem outros aspectos como:

- *Baku Adaptation Roadmap (BAR): Definir e alinhar modalidades para adaptação que aumente a coerência entre itens de agenda de adaptação, coordene os processos existentes e oriente a implementação do GGA e, possivelmente, de todo o Artigo 7*
- *Adaptação Transformacional*
- *Vinculação do GGA a outros items de financiamento, como a Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG), o Baku to Belém Roadmap e uma possível nova meta de financiamento para adaptação*

Planos Nacionais de Adaptação (NAPs)

Aprovação de um texto de decisão que sirva como guia orientador para a formulação, implementação e monitoramento, avaliação e aprendizagem dos NAPs, especialmente para apoiar a implementação de países em desenvolvimento

Comitê de Adaptação

O Comitê de Adaptação (AC) é o único órgão constituído tanto sob a UNFCCC quanto sob o Acordo de Paris com mandato para abordar de forma abrangente todas as dimensões do processo de adaptação. Seu papel é promover a implementação coerente de ações de adaptação

Comunicações de Adaptação

As Comunicações de Adaptação (Art. 7.10 e 7.11) visam dar maior visibilidade à adaptação e equilibrá-la com a mitigação. Também ajudam a identificar lacunas de ação e apoio, especialmente para países em desenvolvimento, e a informar o balanço global



MITIGAÇÃO

Programa de Trabalho de Mitigação (MWP)

Processo para aumentar a ambição e discutir ações essenciais para manter a meta de 1,5°C. Tentou avançar decisões, mas enfrentou bloqueios. Hoje concentra-se em workshops, troca de práticas e na criação de uma plataforma para conectar projetos e financiadores

Diálogos dos Emirados Árabes Unidos (GST)

Os Diálogos dos Emirados Árabes Unidos tratam da implementação do primeiro Balanço Global (GST, na sigla em inglês) do Acordo de Paris, especialmente do ponto que reconhece a necessidade de abandonar gradualmente os combustíveis fósseis de forma justa, ordenada e equitativa

TRANSIÇÃO JUSTA

Programa de Trabalho de Transição Justa (JTWP)

Promoção de um programa de trabalho que assegure que a transição para economias de baixo carbono seja justa, inclusiva, centrada nas pessoas, e que considere meios de implementação, tecnologia, capacitação e participação de toda a sociedade

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Fundo de Adaptação, Global Environmental Facility e Green Climate Fund

Principais fontes de financiamento para a adaptação. Sua governança é delegada aos Conselhos, mas a COP/CMA/CMP fornecem orientação sobre sua direção política

Art. 9.1 Determina que países desenvolvidos devem prover recursos aos países em desenvolvimento para apoiar mitigação e adaptação

Art. 2.1(c) Trata de alinhar fluxos financeiros à ação climática. Na COP30 serão definidas próximas etapas, com adaptação como prioridade

Questões relacionadas ao Comitê Permanente de Finanças (SCF)

Relatórios recentes abordam financiamento climático, incluindo adaptação: progresso da meta de US\$ 100 bilhões, duplicação do financiamento para adaptação, avaliações de necessidades e relatórios bienais dos fluxos financeiros sob o Acordo de Paris

A definição de uma agenda a ser negociada pode parecer um rito meramente técnico, mas carrega profundas razões políticas. A chamada agenda fight pode reforçar ou deslegitimar o papel da Presidência da COP, responsável por buscar sua aprovação. Nesse processo, alguns grupos de países optam por tensionar uma agenda previamente consensual, demandando a inclusão ou exclusão de itens. Embora faça parte do jogo político, esse movimento pode gerar atrasos na definição da agenda e enviar sinais negativos ao mundo sobre o início da COP.



Um exemplo que ocorreu em Bonn, e que pode reaparecer em Belém, é a proposta do Grupo de Países em Desenvolvimento com Ideias Afins (LMDCs), que inclui Índia e China. O grupo propõe a criação de um item específico de agenda para debater o Artigo 9.1, que trata da obrigação de países desenvolvidos fornecerem financiamento climático a países em desenvolvimento. Países desenvolvidos se opuseram, defendendo uma discussão mais ampla sobre financiamento climático, incluindo outras fontes.

ALGUNS EXEMPLOS EM DISPUTA

Implementação do Artigo 9.1 do Acordo de Paris

Cooperação e impacto de medidas climáticas no comércio internacional

Proposta da Rússia para emendar o Artigo 4.2(f) da Convenção

Proposta de Papua-Nova Guiné e México para emendar Arts. 7 e 18

Reconhecimento de circunstâncias especiais para África

Proposta da AOSIS sobre resposta à situação atual das NDCs

Proposta da União Europeia sobre Relatórios Binais de Transparência



A negociação também envolve uma grande “sopa de letrinhas”. Essas siglas são parte essencial das conversas, e entender o que significam é fundamental para acompanhar o processo

AGN • African Group of Negotiators
Grupo de Negociadores Africanos

B2B • Baku to Belém Roadmap
Roteiro de Baku a Belém

CMA • Conference of the Parties to the Paris Agreement
Reunião das Partes do Acordo de Paris

GCF • Green Climate Fund
Fundo Verde para o Clima

GEF • Global Environment Facility
Fundo Global para o Meio Ambiente

GGA • Global Goal on Adaptation
Objetivo Global de Adaptação

GST • Global Stocktake
Balanço Global

JTWP • Just Transition Work Programme
Programa de Trabalho de Transição Justa

LDC • Least Developed Countries
Países Menos Desenvolvidos

MWP • Mitigation Work Programme
Programa de Trabalho de Mitigação

NAP • National Adaptation Plans
Planos Nacionais de Adaptação

NDC • Nationally Determined Contribution
Contribuição Nacionalmente Determinada

SBSTA • Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice)
Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico

SBI • Subsidiary Body for Implementation
Órgão Subsidiário de Implementação

SCF • Standing Committee on Finance
Comitê Permanente de Finanças

TAFF • Transition Away from Fossil Fuels
Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis

UNFCCC • United Nations Framework Convention on Climate Change
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



QUANDO O TEXTO TRAVA, ENTRA A PRESIDÊNCIA

Os colchetes (brackets) indicam trechos de um texto de decisão que ainda não têm consenso. Enquanto permanecem ali, o tema segue em disputa. Um texto carregado de colchetes mostra impasse e exige habilidade diplomática para avançar

AS PARTES CONCORDAM EM

[AUMENTAR A AMBIÇÃO]

NA IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS
CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS

Remover um colchete pode levar segundos ou horas. O andamento depende do contexto político, das alianças e da capacidade de mediação entre delegações. O sucesso de uma COP vai além da intenção ou ambição de uma Presidência. Ainda assim, uma Presidência com repertório de negociação e tradição diplomática pode pavimentar caminhos e construir pontes para o consenso. Quando os colchetes persistem e as negociações não avançam, recorre-se à Presidência para amenizar tensões e propor soluções no mais alto nível político



Ana Toni, CEO da COP30 e André Corrêa do Lago, Presidente da COP30

Fonte: Documentos de decisão e registros de plenário das negociações (2025) – UNFCCC